

Resumo: No final do século XIX foi organizada pelo governo a primeira comissão de estudos ao Planalto Central com o objetivo de demarcar a região para onde deveria ser transferida a capital do Brasil. Naquela época, a Comissão Cruls observou que a região percorrida possuía as maiores qualidades possíveis para abarcar o empreendimento. Alguns anos depois, já no início do século XX, uma viagem de médicos sanitaristas à mesma região considerou-a vítima da pobreza, do isolamento e das doenças – imagem que inviabilizou o projeto mudancista e ficou associada ao Brasil Central desde então. Até a construção de Brasília outras comissões de estudos foram organizadas, mas sempre mantendo em sua pauta de preocupações as condições de salubridade do interior do país. Em 1956, no contexto do governo de Juscelino Kubitschek, no auge do desenvolvimentismo e do ‘otimismo sanitário’, o novo presidente decidiu, aparentemente de forma paradoxal, efetuar a mudança da capital para a região outrora demarcada pela Comissão Cruls. Qual seria o significado contido na inauguração de uma capital federal em pleno sertão do país, em uma região historicamente associada ao isolamento e às doenças endêmicas? Motivado por esta questão principal, este trabalho analisa as diferentes imagens de sertão que acompanharam as iniciativas em torno da mudança da capital, e que interferiram na viabilização do projeto mudancista; o lugar do saneamento dos sertões nos projetos de governo na primeira metade do século XX; a permanência de uma preocupação com o clima e a salubridade do Brasil Central nas comissões organizadas nos anos 40 e 50; a participação ativa de Goiás na defesa da transferência da capital para a região do Planalto Central goiano e finalmente, uma análise sobre a importância do papel dos médicos e sanitaristas, ligados ou não ao governo, na construção de Brasília.